PAUTA
PARA A 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 04 DE MAIO DE 2015

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 542, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Dr. Faustino Nelson D`Avila" ao Hospital Regional de São José dos Campos.

2 - Projeto de lei nº 543, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública o "Instituto Sonho Vivo", em Bebedouro

3 - Projeto de lei nº 544, de 2015, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Prefeito Belmiro Joveliano" ao viaduto localizado entre os kms 318 e 319 da Rodovia Brigadeiro Faria Lima, SP 326, em Santa Ernestina.

4 - Projeto de lei nº 545, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Piquete como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 546, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Potim como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 547, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Redenção da Serra como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 548, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Queluz como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 549, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Classifica Populina como Município de Interesse Turístico.

9 - Projeto de lei nº 550, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá a denominação de "Prefeito Alidino Valter Bonini" à ponte sobre o Rio Tietê localizada no km 206 da Rodovia Assis Chateaubriand (sentido Barbosa/São José do Rio Preto), em Barbosa.

10 - Projeto de lei nº 551, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Clasiifica Barretos como Município de Interesse Turístico.

11 - Projeto de lei nº 552, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santo Antonio do Pinhal como Município de Interesse Turístico.

12 - Projeto de lei nº 553, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Taubaté como Município de Interesse Turístico.

13 - Projeto de lei nº 554, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Apiaí como Município de Interesse Turístico.

14 - Projeto de lei nº 555, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Barra do Chapéu como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 556, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Barra do Turvo como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 557, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cajati como Município de Interesse Turístico.

17 - Projeto de lei nº 558, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itaoca como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 559, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Juquiá como Município de Interesse Turístico.

19 - Projeto de lei nº 560, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itapirapuã Paulista como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 561, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Dra. Mônica Sanches Pretel e Pretel" ao trevo localizado no km 592 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, entre os Municípios de Santo Anastácio e Presidente Bernardes.

21 - Projeto de lei nº 562, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Armando Quintana Guinossi" ao trevo localizado no km 603+100m da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, entre os Municípios de Santo Anastácio e Piquerobi.

22 - Projeto de lei nº 563, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Transforma Itapeva como Município de Interesse Turístico.

23 - Projeto de lei nº 564, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Miracatu como Município de Interesse Turístico.

24 - Projeto de lei nº 565, de 2015, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Caná", em Bauru.

25 - Projeto de lei nº 566, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Jesuíno Marcos Maguila - Magnificat", em Mogi Mirim.

26 - Projeto de lei nº 567, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Pariquera-Açu como Município de Interesse Turístico.

27 - Projeto de lei nº 568, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Itariri como Município de Interesse Turístico.

28 - Projeto de lei nº 569, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Jacupiranga como Município de Interesse Turístico.

29 - Projeto de lei nº 570, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Classifica Monte Alto como Município de Interesse Turístico.

30 - Projeto de lei nº 571, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Taquarituba como Município de Interesse Turístico.

31 - Projeto de lei nº 572, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Ribeirão Grande como Município de Interesse Turístico.

32 - Projeto de lei nº 573, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Guapira como Município de Interesse Turístico.

33 - Projeto de lei nº 574, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Itapirapuã Paulista como Município de Interesse Turístico.

34 - Projeto de lei nº 575, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Itaoca como Município de Interesse Turístico.

35 - Projeto de lei nº 576, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Ribeira como Município de Interesse Turístico.

36 - Projeto de lei nº 577, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Angatuba como Município de Interesse Turístico.

37 - Projeto de lei nº 578, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Capão Bonito como Município de Interesse Turístico.

38 - Projeto de lei nº 579, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Campina do Monte Alegre como Município de Interesse Turístico.

39 - Projeto de lei nº 580, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Sarapuí como Município de Interesse Turístico.

40 - Projeto de lei nº 581, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Alambari como Município de Interesse Turístico.

41 - Projeto de lei nº 582, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Capela do Alto como Município de Interesse Turístico.

42 - Projeto de lei nº 583, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Araçoiaba da Serra como Município de Interesse Turístico.

43 - Projeto de lei nº 584, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Pedro de Toledo como Município de Interesse Turístico.

44 - Projeto de lei nº 585, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Registro como Município de Interesse Turístico.

45 - Projeto de lei nº 586, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Classifica Guareí como Município de Interesse Turístico.

46 - Moção nº 28, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2011, que institui a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do plano de metas pelo Poder Executivo

municipal, estadual e federal, com base nas propostas da campanha eleitoral, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 530, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Revoga o parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

2 - Projeto de lei nº 531, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, acrescentando o inciso IX ao seu artigo 13.

3 - Projeto de lei nº 532, de 2015, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dispõe sobre a prevenção de acidentes em piscinas no âmbito do Estado.

4 - Projeto de lei nº 533, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Dispõe sobre o registro e identificação de cães e gatos no Estado.

5 - Projeto de lei nº 534, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Paraibuna como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 535, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Monteiro Lobato como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 536, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Natividade da Serra como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 537, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Antonio Medeiro de Lisboa Filho" à Casa da Agricultura de Cândido Rodrigues.

9 - Projeto de lei nº 538, de 2015, de autoria do deputado Celso Nascimento. Cria o Conselho Escolar Antidrogas em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Estado.

10 - Projeto de lei nº 539, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "ONG de Proteção Ambiental Água Viva", em Mineiros do Tietê.

11 - Projeto de lei nº 540, de 2015, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "Associação dos Produtores Rurais de Lagoinha - APRULAG", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 541, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Institui o "Dia da Coreografia e Dança dos Grupos das Igrejas Evangélicas".

13 - Moção nº 27, de 2015, de autoria do deputado Feliciano Filho. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que determinem aos órgãos competentes a elaboração de estudos para a criação e desenvolvimento de Projeto de Lei ou normativa que tenha por escopo a proibição da comercialização das denominadas "redes de neblina" ou "redes japonesas", responsáveis pela captura e consequente venda clandestina de um grande número de aves do País.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 26, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 988, de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado.

2 - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Dá nova redação ao § 1º do artigo 10 da Lei Complementar nº 734, de 1993, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público.

3 - Projeto de lei nº 522, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Assegura tratamento prioritário no embarque de veículos no serviço de travessia marítima por balsas a todos os veículos automotores com placa dos respectivos municípios nos quais ocorra o transporte.

4 - Projeto de lei nº 523, de 2015, de autoria do deputado Roque Barbiere. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Educacional Circense Tapias Voadores", em Diadema.

5 - Projeto de lei nº 524, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lorena como Município de Interesse Turístico.

6 - Projeto de lei nº 525, de 2015, de autoria da deputada Vanessa Damo. Dá a denominação de "Thomaz Rodrigues Alckmin" ao Poupatempo de Mauá.

7 - Projeto de lei nº 526, de 2015, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Classifica Cubatão como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 527, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Teodorense Recuperando Vidas - ATREV", em Teodoro Sampaio.

9 - Projeto de lei nº 528, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o Centro de Convivência da Terceira Idade "Terra das Garças", em Guaratinguetá.

5ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 13, de 2015, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Resolução n.º 576, de 1970, com modificações posteriores, que trata do Regimento Interno.

2 - Projeto de lei nº 500, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Areias como Município de Interesse Turístico.

3 - Projeto de lei nº 501, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Arapeí como Município de Interesse Turístico.

4 - Projeto de lei nº 502, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Santa Branca como Município de Interesse Turístico.

5 - Projeto de lei nº 503, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Torna obrigatória a instalação de equipamentos para tratamento e reúso da água empregada na lavagem de veículos.

6 - Projeto de lei nº 504, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Caçapava como Município de Interesse Turístico.

7 - Projeto de lei nº 505, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Cachoeira Paulista como Município de Interesse Turístico.

8 - Projeto de lei nº 506, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Institui o "Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus".

9 - Projeto de lei nº 507, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade de detalhamento de informações sobre valores

faturados nas contas de serviços públicos de energia elétrica prestados aos consumidores residenciais no Estado.

10 - Projeto de lei nº 508, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a obrigatoriedade na obtenção de cópias xerográficas gratuitas a todo cidadão que necessitar dos Serviços Públicos no Estado.

11 - Projeto de lei nº 509, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a construção de dique de contenção em todos os armazéns de açúcar do Estado.

12 - Projeto de lei nº 510, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos do Basquete de Barretos", naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 511, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas lojas de operadoras de telefonia fixa e celular.

14 - Projeto de lei nº 512, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Canas como Município de Interesse Turístico.

15 - Projeto de lei nº 513, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Jambeiro como Município de Interesse Turístico.

16 - Projeto de lei nº 514, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica nas empresas prestadores de serviços ao Poder Público estadual.

17 - Projeto de lei nº 515, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lagoinha como Município de Interesse Turístico.

18 - Projeto de lei nº 516, de 2015, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dá a denominação de "Escrivão Elias Peres de Camargo" ao prédio da Delegacia de Polícia Civil em Pirajuí.

19 - Projeto de lei nº 517, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Classifica Lavrinhas como Município de Interesse Turístico.

20 - Projeto de lei nº 518, de 2015, de autoria da deputada Marcia Lia. Dá a denominação de "Trevo João Fernandes Egas" ao dispositivo de acesso viário

localizado entre os kms 69 e 70 da Rodovia SP 257, em Américo Brasiliense.

21 - Projeto de lei nº 519, de 2015, de autoria do deputado Mauro Bragato. Classifica Presidente Prudente como Município de Interesse Turístico.

22 - Projeto de lei nº 520, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos Nova Vale", em Lagoinha.

23 - Projeto de lei nº 521, de 2015, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação e Centro de Convivência Parque Planalto", na Capital.